13:34 68%

Opinião do GLOBO

Tragédia exige plano de longo prazo do Congresso

Liberar recursos na emergência é essencial. Mas é preciso criar espaço fiscal para investir em prevenção

A resposta do Congresso à catástrofe ambiental, humanitária e material do Rio Grande do Sul tem sido até aqui positiva. Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acompanharam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao estado no final de semana. De lá para cá, os parlamentares se debruçaram sobre o pedido de decreto de calamidade pública válido até 31 de dezembro. É mesmo necessário evitar que amarras burocráticas dificultem a liberação de recursos em momento tão urgente.

A devastação provocada pelas chuvas levou Executivo e Legislativo a concordar em liberar recursos fora do limite imposto pelas regras fiscais. Não se trata de atropelo da lei. A Constituição e a legislação permitem abrir crédito extraordinário em situações de calamidade. As demandas dos gaúchos são tão dramáticas que atendê-las da forma mais ágil possível deve ser prioridade.

A enchente, as mortes, os desabrigados, a devastação de cidades, bairros, barragens, estradas, viadutos, pontes, ruas, aeroportos, casas, escolas, universidades, fábricas e lojas se deram em escala inédita. Os danos seriam enormes ainda que tivessem sido tomadas todas as precauções, mas certamente seriam menores. Como não houve medidas preventivas, a situação se agravou.

Por isso, a tragédia traz também uma lição aos congressistas. Eventos climáticos extremos têm sido mais frequentes e serão ainda mais intensos à medida que a temperatura global aumentar. O futuro próximo será pior que o presente. Não dá, portanto, para alegar ignorância e reagir apenas depois da enchente, da onda de calor ou da crise hídrica. Catástrofes inéditas na escala da gaúcha sempre provocarão danos. O que está ao alcance do país é trabalhar antes que ocorram para que as consequências sejam as menores possíveis. Não é o que vem acontecendo. E isso é dever não só do Executivo, mas também do Parlamento.

O Congresso controla 20% dos recursos livres do Orçamento, com a soma de diferentes tipos de emenda. Tal prática pulveriza o gasto de acordo com interesses paroquiais. Não há análise de custo e benefício para determinar prioridades, nem plano envolvendo áreas extensas. Tudo é pensado para agradar ao eleitor local. A lógica é antagônica à do planejamento regional, com base técnica, capaz de lidar com rios acima do nível normal, secas prolongadas ou deslocamento de população e viveres em emergências.

A enchente no Sul revelou a falta de planejamento e preparo para tragédias climáticas e comprovou, entre outras coisas, por que não tem cabimento o Parlamento flexibilizar normas ambientais. Mas ela também expôs a aberração em que se transformou o Orçamento. Diante da escassez de recursos para os gaúchos, fica ainda mais eloquente o despropósito de derrubar o veto presidencial a R$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares ou de aprovar uma PEC com mais privilégios a juízes.

A situação dramática mostra por que a questão fiscal é tão importante: a realidade impõe escolhas. Não adianta fingir que há dinheiro para tudo. Por isso, além das despesas emergenciais essenciais para atender às demandas da população do Sul, os parlamentares deveriam se dedicar desde já a desenvolver um plano nacional consistente de prevenção para tragédias, com envolvimento de estados e municípios. Do contrário, na hora da emergência, o custo sempre será bem maior.

Diante da chuva, governo hesitou para adiar Concurso Nacional Unificado

Até quinta-feira, Ministério da Gestão informava que prova seria mesmo no domingo, apesar das enchentes no Sul

O governo administrou mal a aplicação do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) diante das enchentes no Sul. O exame, apelidado "Enem dos concursos", estava previsto para o último domingo em 288 cidades do país. Apenas na sexta-feira, a ministra da Gestão, Esther Dweck, informou o adiamento, uma vez que seria impossível aplicar a prova no Rio Grande do Sul, onde cidades como a capital Porto Alegre enfrentam a maior cheia de sua história. Ainda não foi marcada nova data.

Não se questiona a decisão de adiar o concurso, já que os 80 mil candidatos gaúchos seriam inevitavelmente prejudicados. O que impressiona é a dificuldade do governo para lidar com o assunto. Na quinta-feira, o Ministério da Gestão informava que o CPNU seria mantido, apesar de todas as evidências de que não havia a menor condição para aplicá-lo no Rio Grande do Sul.

Brasília deveria saber que milhares de moradores tiveram de deixar suas casas, que a rodoviária e o aeroporto de Porto Alegre estão fechados, que cidades permanecem isoladas, que crateras se abriram nas principais estradas interrompendo o tráfego, que os gaúchos enfrentam falta de serviços básicos, como luz e água. Deslocamentos obviamente são impensáveis. Tanto que a CBF já adiara as partidas dos times gaúchos.

Compreende-se que não é tarefa simples adiar um concurso de abrangência decisão óbvia, anunciada apenas dois dias antes das provas, afetou os candidatos. Por mais que o adiamento tenha sido amplamente noticiado, muitos não ficaram sabendo e compareceram. Embora o ministério afirme ter avisado todos até a véspera, um candidato disse ter recebido o e-mail apenas às 23h50 de sábado.

A confusão desnecessária em torno do concurso poderia ter sido minimizada se o governo tivesse agido rápido. O certo agora é marcar uma nova data para os 2,14 milhões de inscritos fazerem a prova em igualdade de condições. Ao menos, era essa a ideia quando se pensou num concurso unificado.

Artigos

oglobo.globo.com/topicos/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

O novo normal para os governos

As medidas emergenciais até aqui anunciadas para a reconstrução do Rio Grande do Sul, devastado depois de uma semana de chuvas que atingiram todas as regiões do estado, são só o começo. Autoridades de Brasília e gaúchas reconhecem que ainda não têm sequer uma estimativa aproximada de quanto será necessário para enfrentar emergências que vão da destruição de toda a infraestrutura do estado a necessidades básicas da população, como abastecimento de água e moradia.

Excluir os gastos com a calamidade da meta fiscal é uma medida justificável e necessária. Espera-se que, para o Rio Grande do Sul, os efeitos da intempérie sem precedentes sejam comparáveis aos da pandemia em termos de colapso econômico e social. Para o resto do país, os reflexos devem se fazer sentir nas próximas semanas, com elevação do preço de alimentos, entre outras consequências.

O quadro sombrio, portanto, não dá margens para duvidar do poder de devastação sobre a vida das comunidades — ora municípios, ora estados, por vezes países, mas, em escala mais ampla, o mundo — das mudanças climáticas e dos fenômenos meteorológicos extremos. Não será mais possível, depois do choque provocado pela extensão do estrago no Rio Grande do Sul, tratar a emergência climática como um futuro de ficção científica sobre o qual é possível ser cético, alienado ou cínico.

Governos locais e nacionais não poderão mais postergar a adoção de planos integrados e complexos, multidisciplinares, de prevenção de desastres, porque as medidas de mitigação dos estragos depois que eles acontecem são mais caras, ineficazes e, por óbvio, não restauram nunca as vidas perdidas ou cindidas pela tragédia.

Não será mais possível a governantes locais e nacionais postergar ações que têm de ir além do emergencial

Em ocasiões como esta, não faltam relatos de alarmes ignorados ou subestimados, planos engavetados que poderiam ter reduzido os danos e investimentos suspensos para dar lugar a outros menos essenciais, mas talvez mais providenciais para gerar popularidade e votos para aqueles — governantes ou parlamentares — que os priorizaram. É a crônica tardia da constatação, óbvia, de que ninguém, no Brasil ou nos países mais desenvolvidos, assumiu até aqui a necessidade de enfrentar as mudanças climáticas como plataforma concreta de governo.

O Rio Grande do Sul tem sido um laboratório de eventos extremos. Estiagens severas se revezam com chuvas cada vez mais devastadoras graças a uma série de circunstâncias geográficas que fazem da região uma confluência de sistemas climáticos, mas também porque a essas características tem se somado o peso da ação humana sobre o ambiente, como painéis mostram há décadas.

Não será mais possível a governantes locais e nacionais postergar ações que têm de ir além do emergencial e precisarão começar assim que a água baixar, com a urgente reconstrução de estradas, pontes e cidades. Para o governo federal se colocará a necessidade de enfrentar a enormidade de gastos e logística, mantendo a ojeriza à operacionalização que Lula desde logo construiu com o governador Eduardo Leite, seu adversário político, e com os demais Poderes. O foco na reconstrução da vida em solo gaúcho certamente sacrificará prioridades traçadas ainda nos tempos em que era possível achar que emergência climática era uma expressão bonita para fóruns globais, mas ainda distante do dia a dia da elaboração de orçamentos.

As medidas já anunciadas é possível imaginar que se somem ações como o pagamento, por alguns meses, de auxílio emergencial à parcela da população gaúcha mais castigada pela calamidade. Mesmo excluídas do cálculo da meta fiscal, essas iniciativas custarão caro e deverão fazer com que se tenha de sacrificar outras propostas. E outras tragédias virão até que haja um protocolo brasileiro de prevenção a desastres climáticos, algo que nem sequer começou a sair do papel. A hora é já.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapteste e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Catarina Goulart - gad@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bastos - bastos@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.a Mais e Cursos - mcursos@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Catrinon Filho - milicio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Maurício Xavier (interino) - mauricio.xavier@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao mês vigente)
Cariocas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie de qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO até seu jornal de cada dia, acesse para verificar seu status: oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4356
Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC MIX CREDIT
Leia mais e fale pelo Classificados FSC
CARBON FREE